

A CANTIGA COMO LINGUAGEM DE ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS

THE SONG AS A CHILDREN'S WELCOME LANGUAGE

Fabiana Alessandra dos Santos¹

Cristiane Frizzera²

Elaine Rodrigues de Souza Bassiqueti³

Eliane Aparecida Rocha da Silva⁴

Elisângela Gouvêa de Souza⁵

Fernanda Aparecida Pereira⁶

Gabrielle Luzes Galvão⁷

Juliana Costa Wathier dos Santos⁸

Maurenice Rodrigues de Oliveira⁹

Maria Aparecida da Silva Moura¹⁰

Patrícia Aparecida Gonçalves Ribeiro¹¹

Roseli Berbel dos Santos¹²

1 Licenciatura Plena em Letras / Pedagogia/ Pós Graduação Educação Interdisciplinar

2 Licenciatura Plena em Pedagogia/ Pós Graduação em Educação Infantil / Letramento e Alfabetização

3 Licenciatura Plena em Pedagogia / História / Pós Graduação em Educação Infantil

4 Licenciatura Plena em Pedagogia / Pós Graduação em Educação Infantil / Psicopedagogia

5 Letras Licenciatura Plena em Inglês / Licenciatura em Pedagogia / Pós Graduação em Linguagem

6 Graduando Licenciatura em Matemática

7 Licenciatura Plena em Pedagogia / Pós Graduação em Educação Infantil

8 Licenciatura Plena em Pedagogia / Pós graduação em Educação Infantil / Educação Especial e Inclusiva

9 Bacharel em Administração

10 Licenciatura Plena em Pedagogia /Pós Graduação em Educação Infantil / Educação Especial e Inclusiva

11 Licenciatura Plena em Pedagogia /Pós Graduação em Gestão Escolar

12 Licenciatura plena em Pedagogia / Pós graduação em Educação Especial Inclusiva

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as contribuições que as cantigas podem proporcionar no desenvolvimento e acolhimento das crianças que ingressam na educação infantil, fase tão importante para o desenvolvimento, motor, cognitivo e afetivo. A entrada da criança na creche ou pré-escola é um momento marcante para criança e sua família. Trata-se de uma mudança de rotina que requer um planejamento cuidadoso tanto por parte da família quanto por parte da equipe pedagógica da instituição que irá acolhê-la. A criança precisa ter seu processo de adaptação à nova rotina respeitado nos mais diversos aspectos. Para tanto as cantigas são ferramenta lúdicas que ajudará a criança se sentir bem recepcionada, atraída, respeitada, incluída neste novo espaço de convivência. O uso da musicalidade também irá ajudar o educador no processo ensino-aprendizagem, pois as músicas instigam o desenvolvimento da atenção, da fala, do respeito entre os alunos, expressão corporal, socialização, ampliação do vocabulário, motricidade e muitos outros, promovendo assim, o desenvolvimento integral das crianças. As cantigas podem ser apresentadas das mais diversas maneiras como por intermeio de aparelhos eletrônicos sonoros, mas na ocasião daremos ênfase ao trabalho desenvolvidos com o uso da voz e gestos como instrumento de acolhimento, afeto e socialização.

Palavras-chave: Educação Infantil. Cantigas. Acolhimento.

Abstract: The objective of this article was to analyze, through a bibliographical research, the contributions that the songs can provide in the development and reception of children who enter kindergarten, such an important phase for motor, cognitive and affective development. The entry of a child into daycare or preschool is a remarkable moment for the child and his family. This is a routine change that

requires careful planning by both the family and the pedagogical team of the institution that will host them. The child needs to have his adaptation process to the new routine respected in the most diverse aspects. Therefore, the songs are a playful tool that will help the child to feel welcomed, attracted, respected, and included in this new living space. The use of musicality will also help the educator in the teaching-learning process, as the songs instigate the development of attention, speech, respect among students, body expression, socialization, vocabulary expansion, motor skills and many others, thus promoting, the integral development of children. The songs can be presented in the most diverse ways, such as through electronic sound devices, but on the occasion, we will emphasize the work developed with the use of voice and gestures as an instrument of acceptance, affection and socialization.

Keywords: Early Childhood Education. Songs. Reception.

INTRODUÇÃO

Durante todo o percurso histórico a arte musical sempre esteve presente na vida dos seres humanos, marcando culturas nas mais diversas situações da vida.

Para os bebês as cantigas de ninar são empregadas como acalantos, uma oferta de afeto da mãe para com seu filho, uma comunicação entre ambos. Para cada ocasião tem-se uma referência musical e desse modo queremos nos apropriar desta cultura no espaço educativo de sala de aula.

O objetivo deste artigo foi analisar as contribuições que as cantigas podem proporcionar no desenvolvimento e acolhimento das crianças que ingressam na educação infantil e a forma como poderá ser usada pelos educadores que atuam nesta faixa etária.

Levando em conta a amplitude de possibilidades na educação infantil, quero deixar claro que pretendo me ater à aplicação dos cantos infantis como linguagem de acolhimento, entretenimento e acalanto de crianças pequenas, não enfatizando o ensino de técnicas e estruturas inerente a música, mas

apenas na aplicação deleitosa e lúdica da vocalização e gestos para favorecer a adaptação da criança neste espaço novo que é o espaço escolar.

O emprego da música vem como um convite à interação no mundo infantil, como estratégias inerentes as novas perspectivas de infância. Repensando as práticas, adequando com as transformações, a presente pesquisa visa nutrir uma docência que cuida e educa com afeto e sensibilidade às condições humanas, tendo na música uma modalidade artística e interdisciplinar fecunda no processo de ensino e de aprendizagem.

O papel para entender relevante da música na educação infantil faremos uma revisão no percurso histórico desta arte, conheceremos um pouco sobre a evolução do conceito de infância, a estruturação legítima da educação infantil, e enfim a apropriação das cantigas como fomento de acolhimento no ingresso escolar.

Esse trabalho, portanto, está organizado em cinco capítulos. No primeiro, apresentaremos uma introdução; no segundo, discorreremos sobre a importância social da música, no terceiro capítulo abordaremos as concepções de infância até a contemporaneidade, no quarto dialogaremos sobre a educação infantil nos dias atuais, e no quinto refletiremos sobre a viabilidade do uso das cantigas no acolhimento, todos estes conjuntos de dados revelam uma visão reflexiva embasada em grandes autores.

A MÚSICA

A música é uma arte, feita da combinação de som e silêncio, é a manifestação da mistura harmoniosa de ritmo e melodia, podendo ser expressa pela voz, por instrumentos ou pela harmonização de ambos.

Os humanos usam os sentidos para investigar o mundo. O sistema auditivo é primordial em descobertas e em memórias que transcendem o tempo e o espaço, conforme é afirmado “Contrariamente ao que muitos pensam, a audição permite explorar e conhecer o mundo circundante de modo mais

profundo e rico do que os outros sentidos” (MÁRSICO, 1982, p. 42).

Segundo Bréscia (2003, p.32), a música é uma linguagem universal, tendo participado da história da humanidade desde as primeiras civilizações. Conforme dados antropológicos, as primeiras músicas seriam usadas em rituais, como: nascimento, casamento, morte, recuperação de doenças e fertilidade. Com o desenvolvimento das sociedades, a música também passou a ser utilizada em louvor a líderes, como a executada nas procissões reais do antigo Egito e na Suméria.

Existem múltiplas definições nas quais se dedica Bréscia (2003, p. 25) que conceitua a música como “[...] combinação harmoniosa e expressiva de sons e como a arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época, a civilização, etc.”.

Segundo os documentos do Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI):

Entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a integração a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente (BRASIL, 1998, p. 45).

A música se expandiu no mundo ganhando características distintas dependendo da região, podendo variar de estilo, gênero ou ritmo, sendo influenciada por elementos da culturais como: regionalismo, religião, idade, ...as músicas infantis são estimulantes para criança, mesmo para aquelas que ainda não se apropriaram da fala. Por meio da música, o homem pode externar suas emoções, sentimentos, sensações, representando a si e a amplitude do mundo a sua volta, desde a mais tenra idade, e com isso pode ampliar seus espaços de atuação, criação e prazer que são as potencialidades que a música proporciona. Atuar com musicalização é dar oportunidade a criança de crescer sensível e receptivo as manifestações artísticas e sensíveis ao fenômeno sonoro de satisfação.

A música na educação infantil se apresenta em forma de canções, cantigas, musiquinhas que são a versão mais lúdica desta expressão, fazendo parte da educação desde os tempos mais remotos.

Os conteúdos musicais têm facilidade em promover acalanto e por esse motivo devem ser explorados no ambiente de educação infantil, justamente por suas características que geralmente são criativas, afetivas, que estimulam a imaginação e a comunicação oral e gestual permitindo maior fluidez na socialização da criança.

A musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação (BRÉSCIA, 2003, p. 31).

BREVE HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA:

O conceito de infância que concebemos nos dias de hoje é o resultado de um processo de evolução de séculos de desenvolvimento, a origem da palavra vem do latim conforme afirma Kramer (1996, p.38), “a infância ou infamis em latim quer dizer aquele que não fala” e o homem na sua infância era visto como aquele que não tinha expressão, assim ele tinha a necessidade de se constituir e tornar-se um sujeito da linguagem, construindo sua própria história.

Tomando a idade média como referência para início dessa reflexão, neste período “o sentimento de infância não existia”, isso não quer dizer que as crianças eram vítimas de desafeição ou indiferença, mas que os adultos pensantes do passado não compreendiam as crianças como um ser que necessitava de cuidados e educação.

Essa consciência não existia na época. “Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (ARIÉS, 1981, p. 156).

Para explicar melhor esta relação sobre a infância a autora Sonia Kramer procurou pesquisar autores que tratavam o tema infância, para obter mais esclarecimentos apresentou a visão de Walter Benjamin que revela ser preciso:

Cunhar uma base teórica de compreensão da infância e das populações infantis que dê conta ao mesmo tempo da sua singularidade e da sua relação com a historicidade, com a totalidade da vida social” (KRAMER, 1996, p. 28).

Tais evoluções se desencadearam no tempo proveniente das diferentes formas de organização social e esta viagem de leitura dos séculos nos trouxe a passibilidade de compreender a atualidade. A criança no presente é estudada não mais como um problema em si, mas conforme o período histórico a qual está inserida.

Foi o historiador Phillipe Ariés (1981), quem apresentou a criança como sendo um ser social e histórico, pois até então as crianças eram tidas como adultos em miniatura. No seio familiar das famílias de posse a criança recebia autonomia e era inserida nas atividades de rotinas para adquirir aprendizado básico, garantindo sua inserção social, já que haviam subordinados para os cuidados com a crianças.

De um modo geral a taxa de mortalidade infantil neste período era muito alta, pois as condições sanitárias eram precárias e isso resultava no pensamento de que não se poderia apegar-se as crianças, pois poderiam adoecer e morrer a qualquer tempo. Conforme no afirma Ariés (1978, p.22), aponta que “[...] as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual...”.

Com as evoluções sociais ocorridas no século XVI, o sentimento de infância por influência das reformas religiosa e protestantes foi se modificando nas famílias, abrindo um olhar para as crianças para seu desenvolvimento educativo. A criança passou a ser responsabilidade das famílias e da sociedade, e a valorização educativa se fortaleceu.

(...) A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na comu-

nidade. Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a vida futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1978, p.19)

Podemos notar então que foram a partir das mudanças dos mecanismos sociais que a concepção de infância foi se desenvolvendo e tomando forma, numa transformação contínua, de onde partiram pesquisas na busca para uma melhor compreensão da mentalidade da criança, uma busca de como se estrutura pensamento infantil.“[...] nesse período começa a existir uma preocupação em conhecer a mentalidade das crianças a fim de adaptar os métodos de educação a elas, facilitando o processo de aprendizagem [...]”. (LOUREIRO, 2003, p.36).

Para Kramer (1978), não se deve almejar encontrar uma concepção de infância como sendo universal, mas avaliar o tempo e o espaço de desenvolvimento social ao qual a criança está submetida, considerando que o que se pensa da infância evolui com o tempo. Após sabermos de que o conceito de infância se aperfeiçoa continuamente, cabe-nos na contemporaneidade mapear a situação social dos sujeitos e nesta dinâmica elencar definições claras do que é próprio do adulto ou do universo infantil.

Um dos desafios refere-se à tendência de separar o mundo do adulto educação vai sendo substituída pela aprendizagem escolar, a do mundo da criança, estabelecendo um sentimento moderno de infância cuja qual, por sua vez, toma cada vez mais espaço na vida das crianças. (CARTAXO, 2013, p.25).

O conceito de infância chegou por meio de um amplo processo de modernização e industrialização, quando as mulheres se inseriram no mercado de trabalho e seus filhos não tinham quem os cuidasse. Essas demandas distanciadas das mães pelo trabalho ficavam vulneráveis a diversas doenças pela falta de higiene e más condições aos quais eram expostos pelas cuidadoras. Neste período houve um grande crescimento na taxa de mortalidade infantil ocasionado pelo distanciamento entre as crian-

ças e suas mães. Em contrapeso a esse crescimento na taxa de mortalidade de crianças foram criadas as primeiras instituições infantis filantrópicas.

Do mesmo modo, com a Segunda Guerra Mundial provocou um novo impulso ao atendimento pré-escolar, voltando-se principalmente para aquelas crianças cujas mães trabalhavam em indústrias bélicas ou naquelas em que substituíam o trabalho masculino. (...). Por um lado, foi introduzido o conceito de assistência social para as crianças pequenas, sendo ressaltada a sua importância para a comunidade na medida em que liberava a mulher para o trabalho. (KRAMER, 2001, p. 27).

Diante da crescente demanda de crianças em usufruírem das instituições infantis ocorreu o surgimento de creches e pré-escolas, posteriormente direcionando os trabalhos para além dos cuidados de higiene, essas escolas evoluíram para as escalas da alfabetização, e a oferta educativa passa a ser diferenciada para as crianças de baixa renda, de modo que a ideia seria de “prepará-las para superação de suas condições sociais”.

Sendo assim, a oferta educativa de algumas instituições era destinada as crianças pobres e gerida pelo poder público, com uma ideologia compensatória para suprir as necessidades sociais das crianças e de duas famílias.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998) enfatiza que:

A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda” e resalta que esses atendimentos às crianças eram por critérios de exclusão, impostos aos menos favorecidos e por essa razão não se levava em conta as questões relacionadas à cidadania e nem os princípios de liberdade e de igualdade. (BRASIL,1998, p. 18).

Nos jardins de infância aonde as crianças vinham de famílias mais abastadas, a proposta educativa se modificava e as crianças tinham desenvolvidos seus aspectos afetivos e cognitivos. Essa diferença de oferta educativa deixa evidente a fragilidade na compreensão de educação infantil neste

momento, separando o cuidar do educar, já que os pobres recebiam apenas cuidados vindos de cuidadores sem formação alguma, enquanto os ricos experimentavam da promoção intelectual.

A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidados e educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação das propostas pedagógicas. [...]. Educá-la é algo integrado ao cuidá-la. (KUHLMANN JR, 2007, p. 60)

Nos dias de hoje devemos fazer cumprir que a educação é um direito que deve ser garantido a todos, sem qualquer forma de exclusão e aponta-se segundo documentos oficiais que a mudança da concepção de uma educação assistencialista significou olhar para aspectos que vão muito além da legalidade. A questão da educação infantil passou então:

Rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser (BRASIL,1998, p.18).

Respeitar as crianças em seus diversos aspectos, e assumir a função de cuidar e educar passou a ser obrigação do Estado e da família, para assegurar que as crianças possam se realizar enquanto criança e se desenvolver enquanto ser crítico e criador.

EDUCAÇÃO INFANTIL

No século XX, as famílias dão os primeiros sinais de preservação da infância, seduzidas pelas crianças de pouca idade e reconhecendo nelas a necessidade de lugar, tempo, espaço e cuidados diferenciados, e assim foram traçando o percurso que culminou na criação de creches e escolas de educação infantil.

Já em 1930, o atendimento pré-escolar passa a contar com a participação direta do setor público, fruto de reformas jurídico educacionais. Seu conteúdo visava tanto atender à crescente pressão por direitos trabalhistas em decorrência das lutas sindicais da então nova classe trabalhista brasileira, quanto atender à nova ordem legal da educação: pública, gratuita, e para todos. (AHMAD, 2009, p. 2).

A partir daí se inicia uma jornada de amadurecimento e evolução dos conceitos da educação infantil, já que a sociedade não tinha clareza em o quê, e como ofertar educação para todos, e consequentemente fragmentaram o estilo da oferta, em assistencialista para as demandas populares e educativa para os mais abastados.

Um ambiente estimulador, que proporciona bem-estar e condições necessárias para o desenvolvimento a ser pensada como infantil, ao menos nas instituições que recebiam as crianças das classes mais favorecidas. (SEABRA e SOUSA, 2010, p.84).

Com a procura de classes sociais mais favorecidas economicamente por esse tipo de atendimento, houve uma preocupação maior com a socialização, a criatividade e o desenvolvimento infantil como um todo. A instituição de educação infantil deixa de ser pensada como uma instituição assistencialista e começa a ser considerada educacional.

Sob influência deste contexto de transformações socioeconômicas e culturais nos anos seguintes se desenvolveram as escolas de crianças pequenas e foram se expandindo e evoluindo no país, fomentando a necessidade de políticas que assegurassem esse atendimento a tão grande demanda. Os órgãos governamentais, movimentos sociais reivindicaram o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição de 1988, ocasionando o reconhecimento da Educação Infantil como um direito assegurado à criança, e não mais às mães trabalhadoras.

[...] a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser legal, e um dever

do estado e direito da criança (artigo 208, inciso IV). Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei número 9394/96, a Educação infantil passa a ser, legalmente, concebida e reconhecida como etapa inicial da educação básica. Devido a este quesito, das creches foi retirado seu caráter de assistencialismo em contraponto ao caráter educacional das pré-escolas, transformando-as em escolas infantis, ou instituições de atendimento à criança de zero a seis anos; a diferença fundamental de outrora está na subdivisão por faixas etárias: a creche é para crianças entre zero e três anos, enquanto a pré-escola atende às crianças entre quatro e seis anos de idade. Subtende-se a partir daí, que tanto creche quanto pré-escola, devem cuidar e educar as crianças, dispensando a este atendimento institucional características específicas quanto às necessidades de cada grupo etário; [...]. (AHMAD, 2009, p.3).

Nos dias atuais a busca por aprimorar a oferta pedagógica tem se expandido por todo o território nacional com entendimento que desde muito cedo a criança precisa ter seus direitos assegurados. É notório que a educação infantil tem recebido muito mais reconhecimento por sua atuação na sociedade nos dias de hoje, do que em tempos remotos, porém ainda temos limites por superar, em relação ao melhoramento da oferta, buscando aperfeiçoamento por meio da contínua capacitação dos professores.

O acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (Resolução CNE/CEB nº 05/09, Art.8º).

O ingresso em creches e escolas de educação infantil expõe a criança a novas experiências sociais de grande repercussão para seu desenvolvimento afetivo e cognitivo. Uma dessas experiências nem tão boa para muitos, no primeiro momento, é o afastamento temporal do convívio familiar. Esse distanciamento, ocasiona estresse e ansiedade, onde o choro dos pequenos é a representação mais clara deste desconforto momentâneo.

A Escola não é um local como outro qualquer; ela é uma instituição que tem como objetivo possibilitar ao educando a aquisição do conhecimento formal e o desenvolvimento dos processos do pensamento. É nela que a criança apren-

de a forma de se relacionar com o próprio conhecimento (LIMA. 1992, p.21).

A adaptação para essa nova etapa das crianças, muitas vezes é bem sofrida, tanto para a criança, quanto para a família, um dos fatores que desmotivam muitas famílias a procurarem esse serviço. Esta preparação para o ingresso na educação infantil precisa acontecer primeiro por parte da família por meio de diálogos claros, orientando a criança que este distanciamento é temporário.

Segundo Mendes, (2003), “o período de zero a três anos tem sido considerado como o mais importante e determinante no desenvolvimento da criança, como comprovam os mais recentes estudos e pesquisas na área. Esta é justamente, a faixa etária que apresenta o maior índice de exclusão dos serviços públicos e a que sofre a menor pressão social por demanda”. Isso nos leva a refletir que as famílias estão abdicando ao direito à educação e precisam de informação sobre a importância dos estímulos educativos nesta fase para reivindicar seus direitos junto ao Estado, para que sejam expandidas as ofertas em creches para esta demanda.

A família de fato precisa compreender e valorizar a importância desta etapa educativa para transmitir essa segurança para as crianças e usar de estratégias de muito afeto e comunicação. O ingresso na vida escolar é marcante na vida da criança, e é preciso que seja planejado juntamente com a criança com antecedência. Preparar com carinho a identificação de seus pertences na mochila escolar, orientando a criança que ela conheceu um ambiente novo.

A família é, contudo, fundamental para a segurança emocional da criança quando ela passa a frequentar a escola de educação infantil. Também é importante a comunicação entre a família e os professores, pois é nessa fase que a criança começa a assumir diferentes papéis e gradualmente vai incorporando outros. (RAU, 2012, p. 22).

A família precisa esclarecer a criança que a partir daquele momento ela poderá contar com os cuidados e interação de outras pessoas na instituição e que terá crianças da mesma faixa etária para

conviver e brincar, deste modo antecipando situações para que a criança adquira confiança, em si, na família e na instituição.

Essas primeiras interações que ocorrem na escola levam a criança a perceber que ela pode discutir com um colega a posse de um lápis ou brinquedo, e a aprender que na escola e em casa ela tem de tomar determinadas atitudes que se tornam hábitos, como guardar brinquedos. (RAU, 2012, p. 22)

Os trabalhos educativos na educação infantil alinhados aos quatro pilares da educação de Delors vão direcionando desde cedo o desenvolvimento da criança em competências úteis por toda a vida, aliando as ações e os hábitos sociais para a construção da cidadania, com objetivo de se estimular a formação de seres pensantes, reflexivos, respeitosos e capazes de buscar solução para qualquer problema de sua vida.

Um dos pressupostos básicos da educação deve ser a preparação da pessoa como um todo, o que inclui espírito e corpo em toda sua extensão. A essência de aprender ser preconiza a preparação do ser humano como um todo, para que tenha capacidade e autonomia de elaborar pensamentos críticos que permitam formular juízo de valor e tomar as decisões mais adequadas nas diversas situações em que se depara ao longo da vida (DELORS, 1998, p. 85).

Deste feito no cabe fomentar e discutir acerca da ampliação da qualidade e da oferta da educação infantil, para que toda criança tenha efetivamente acesso à educação que lhe é de direito assegurado no Eca e não seja negligenciada neste quesito.

No art. 5º afirma-se que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 9394/96).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil explicita os seguintes princípios sobre o que seria um trabalho de qualidade itens os quais devem ser respeitados em todas as escolas de

educação infantil.

- respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, v. 1, p.13)

A IMPORTÂNCIA DAS CANTIGAS NO ACOLHIMENTO

O processo de ingressar na educação infantil, também denominado de processo de adaptação requer muita atenção e presciência na busca de se amenizar os impactos inerentes a este período. Para tanto avaliaremos os aspectos favoráveis que as catingas podem proporcionar às crianças da Educação Infantil. No momento do acolhimento o emprego de cantigas pode entreter a criança que está ansiosa com a ausência da mãe.

Nesta fase a atenção dos envolvidos precisa estar voltada para a criança, pois é necessário buscar um ambiente acolhedor propicio a saúde mental da mesma, oferecendo uma relação prazerosa e acolhedora.

As cantigas são capazes de impetrar tanta atração que a razão e os conceitos não podem explicar, a música infantil também é uma forma de se respeitar a leitura da criança, usando uma linguagem para quem a música se destina.

Uma das funções educacionais da música é estimular, satisfazer, criar necessidades, mobilizar, criar condições para o desenvolvimento do educando. Essa é a sua dimensão psicológica, essa é a sua força, entendendo-se sua ação a regiões que o simbolismo conceitual não alcança. (SEKEFF, 2002, p.100)

A cantiga é capaz de estreitar os laços entre a criança e seu cuidador, pois quando escolhe canções infantis, o adulto opta pelo universo infantil, dando a ideia de que quer adotar a linguagem da criança e isso favorece a criação de vínculos e aceitação, pois a mesma se sente valorizada, respeitada, conforme sugere a lei e ainda dá oportunidade a ela de socialização e convivência com outros pares.

Quando a criança começa a frequentar a escola, o novo ambiente precisa tornar-se, o mais breve possível, familiar e aconchegante. Além das novidades do ambiente físico, o mundo sonoro é completamente desconhecido. A música pode se tornar um espaço a partir do qual os primeiros vínculos são criados e mantidos. (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 130).

Processo de adaptação é complexo e diverso, difícil de se fazer muitas generalizações e as instituições de Educação Infantil devem adequar-se para o acolhimento. Os profissionais precisam estar zelosamente cientes e preparados em estratégias para apresentar-se unânimes em oferecer segurança, afeto e diversão, formando um ambiente capaz de promover um desenvolvimento e uma aprendizagem significativa.

...em circunstâncias favoráveis a criança alcança um desenvolvimento infantil saudável. A marca fundamental para que as condições sejam favoráveis é o vínculo com o cuidador, uma ligação que deve ser estabelecida de forma atenciosa e afetiva. (ORTIZ, 2012, p.21).

Para os dias atuais, o bom acolhimento deve ser fundamental, levando em conta o direito da criança, as exigências educacionais atuais e a perspectiva vigente da criança como sujeito de direitos, ator social, pois a função da escola infantil e dos profissionais que nela atuam é receber a criança da melhor maneira, para construir-lhes a autonomia, pois é ela o motivo da existência da escola.

O processo de adaptação, é, um processo de socialização construtivo entre pares educativos (pais, crianças, professores e instituição), é um espaço de

relações, mediações e interações dialógicas para todos os envolvidos diretos e indiretos no processo. (MARTINS FILHO, 2006, pg. 11).

O trabalho docente precisa ser pautado na busca de conectar-se no imaginário infantil, ser envolvido pelo processo imaginativo, propiciando melhor expressividade das crianças. As cantigas com sua musicalidade favorecem o enlace entre a criança e a ludicidade, sendo peça chave da cultura, mediando o aprendizado com a satisfação do brincar.

Eis por que se afirmar que, sendo o indivíduo particularmente sensível à música, o educador acaba por encontrar nessa linguagem um poderoso agente motivacional, propiciador da construção de valores que, transcendendo os domínios da própria música, fundamentam sua ação no mundo”. (SEKEFF, 2002, p. 130).

O mundo simbólico da cultura da música ou cantiga infantil deixa a criança se sentindo mais apta para lidar com seus conflitos, e pode auxiliar em diversas atividades pedagógicas na educação infantil associando as cantigas com os demais eixos de trabalho, favorecendo a criança relacionar teoria e prática num aspecto de envolvimento, de pertencimento aquele novo aprendizado.

Interpretando a letra da música é possível promover a ampliação do vocabulário, ensinar como se relacionar com os colegas, respeito ao próximo, pode se ensinar os cuidados com o corpo, estimular a oralidade e a socialização. As músicas estimulam a criatividade e expressão artística e são fundamentais para a construção do conhecimento, e ainda é capaz de tornar a escola um ambiente mais alegre e acolhedor.

Chiarelli e Barreto (2005), acreditam na música como ferramenta educativa e ainda especificam sua atuação em cada área:

Coordenação motora e a atenção; ao cantar ou imitar sons ela esta descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive.
Desenvolvimento psicomotor: (...) atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas, pés, são experiências importantes para a criança, pois

elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo de aquisição da leitura e da escrita. Desenvolvimento sócio afetivo: Através do desenvolvimento da autoestima ela aprende a se aceitar como é, com suas capacidades e limitações. As atividades musicais coletivas favorecem o desenvolvimento da socialização, estimulando a compreensão, a participação e a cooperação. Dessa forma a criança vai desenvolvendo o conceito de grupo. Além disso, ao expressar-se musicalmente em atividades que lhe deem prazer, ela demonstra seus sentimentos, libera suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança e autorrealização. (CHIARELLI, BARRETO, 2005, p. 03).

Conforme os autores acima citados, uso das canções no acolhimento é uma importante ferramenta persuasiva de contato com as crianças, que favorece a criação de vínculos e também é forte contribuinte para o desenvolvimento da inteligência, integração do ser ao meio, transformador da escola num espaço mais alegre e receptivo.

METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa o método utilizado foi o de pesquisa bibliográfica, com contribuições de cunho histórico. A pesquisa científica de cunho bibliográfico consiste em um levantamento de dados teóricos analisando fontes decorrentes sobre determinados assuntos específicos já pesquisados anteriormente. Este formato de pesquisa tem por objetivo compilar diferentes contribuições científicas sobre um tema, de modo a discorrer em constatações que solucionam as problemáticas levantadas.

Faz parte das fontes bibliográficas os documentos manuscritos, impressos como livros, jornais, boletins, documentos mimeografados, xerocopiados, microfilmes, gravações de áudio e vídeo e ainda a vasta biblioteca virtual, podendo ser de fontes primárias ou secundárias. (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007, p. 60).

Segundo Marconi e Lakatos, 2008, este trabalho de pesquisa bibliográfica se formaliza por

meio de quatro etapas, vejamos: Identificação, que compreende o reconhecimento do assunto; a localização, referente a busca em bibliotecas e fontes online acerca do objeto de estudo; compilação, momento em que o material encontrado é sistematizado, e fichamento, referente a transcrição dos dados mantendo a fidedignidade deles.

O procedimento empregado foi o de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa refere-se ao modo da coleta e análise dos dados pesquisados, apresentando dados complexos do comportamento humano, não mensuráveis pela ordem numérica. Vejamos:

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI E LAKATOS, 2010, P. 269).

A presente trabalho nos mostrou o quanto o processo científico de pesquisa é muito importante no cenário educativo em geral, porque norteia o educador a se manter informado diante do ativo processo evolutivo que transforma nossos conceitos e perspectivas. O profissional da educação precisa ser bem-informado, pautado na ciência, para não ser um produtor de equívocos.

Segundo Trujillo, (1974: 8), “A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido a verificação”.

Para tanto a formação continuada na educação é um elo entre a ciência e a evolução humana, para trazer para dentro da escola os conceitos claros sobre nosso atual conceito de infância, leis que regem a educação infantil, a aplicação de ferramentas lúdicas e educativas e como aplicá-las no cotidiano profissional.

Pretendo com as minhas considerações, contribuir para melhoria do acolhimento de crianças no ambiente escolar e enriquecer com conhecimento e afetividades o trabalho educativo de quem por meio destes registros eu puder alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste artigo pude esclarecer a visão quanto a legislação brasileira pertinente aos direitos das crianças.

A Constituição Federal, o Eca, O Ministério da Educação (MEC) traz leis, diretrizes e critérios para a oferta de Educação Infantil. Observando os dados podemos concluir que as leis atuais revelam a visão de infância que se tem neste dado momento histórico e pelo que se pode avaliar são bem consistentes no que concerne ao respeito e preservação da infância o que se precisa agora é colocar em prática todos esses conceitos.

A Educação infantil como a primeira etapa da educação básica, é, pois, o motivo do primeiro afastamento da criança de seu convívio familiar, fato tal que acaba sendo para a criança, um momento estressante, exigindo um período de adaptação a todos os envolvidos.

Separar-se da família, do convívio habitual causa na criança a sensação de abandono provocando a angústia e o sofrimento que faz deste momento um processo complexo e delicado, que causa ansiedade também nos pais e se torna um desafio para a equipe escolar.

Neste perfil o acolhimento constitui-se como um fator crucial de recepção da criança na educação infantil, buscando acalanto e conforto, para os envolvidos.

Este estudo possibilitou perceber que atualmente, mais do que nunca o processo de adaptação natural à criança que ingressa na educação infantil, passa a ser refletido e considerado sob uma nova perspectiva, como um processo de acolhimento para socialização, entre a criança, educadores e pais.

É de grande importância expandir esta reflexão, buscando práticas condizentes com a perspectiva de infância vigente que é a criança como sujeito de direitos. É fundamental tornar o momento menos traumático. Para tanto os professores precisam conhecer amplamente todo os campos a serem considerados neste dado momento. Os profissionais precisam ser “continuamente” capacitados para ensinar o que cada faixa etária exige em um investimento contínuo, tal qual é contínua nossa evolução

enquanto sociedade.

Para superar este desafio o professor deve apresentar um universo lúdico a criança, por meio de cantigas, este caminho, representa um atrativo valioso para melhorar a oferta de educação. Com musicalidade, gestos, afeto, respeito as individualidades se conseguem um bom acolhimento, mas não apenas isso, além dos campos emocionais as canções ainda são um grande aliado no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo de seus alunos, pois é possível envolver noções de espaço, lateralidade, atenção, respeito e carinho ao próximo, além de poder ensinar partes de conteúdos através das letras das músicas.

A formação continuada é a ferramenta educacional para viabilizar esta evolução, pois pode aproximar estes dados aqui alcançados ao conhecimento de todos os profissionais atuantes, no propósito de que as leis saiam do papel e contemplem a o cidadão brasileiro desde a mais tenra idade.

REFERÊNCIAS

AHMAD. Laila Azize Souto, Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil P@rtes (São Paulo). V.00 p.eletrônica. Junho de 2009. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp>. Acesso em: 06 de mai. 2016.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, 1998.

BRASIL. Governo. Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal n. 8.069 de 13 julho 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998. 3v. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>». Acesso em: 27/06/2021.

BRÉSCIA, Vera Pessagno. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. Campinas: Átomo, 2003.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. Pressupostos da Educação Infantil. Curitiba Intersaberes, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. e SILVA, R. da. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIARELLI, L. K. M.; BARRETO, S. DE J. A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental: a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. Revista *Recre@rte*. n. 3, 2005

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. da S. Educação Infantil: Pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DELORS, Jacques. Educação—Um Tesouro a Descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.

KRAMER, Sônia. A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1978.

KUHLMAN JR, Moyses. Educação Infantil e Currículo. In. FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina Palhares. Educação Infantil Pós-LBD: rumos e desafios. 6. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

LIMA, Elvira Cristina de Azevedo Souza. A Atividade da Criança na Idade Pré-Escolar. Série Idéias, n. 10. São Paulo: FDE, 1992.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Papirus Educação)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis e Metodologia Jurídica, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MÁRSICO, Leda Osório. A criança e a música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

MARTINS FILHO, Altino José. Crianças e adultos: marcas de uma relação. In: MARTINS FILHO, Altino José. (et. al.). Infância Plural: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 13-37.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Maternal: primeiros passos. Coletânea Pré-Escola 2003.

ORTIZ, Cisele & CARVALHO, Maria Teresa Venceslau. Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação. Coleção Interações, São Paulo: Blücher, 2012.

RAU, Maria Cristina Trois Dornelles. Educação Infantil: Práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação Infantil. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CE-

CIERJ, 2010.

SEKEFF, M. de. L. Da música, seus usos e recursos. São Paulo, UNESP, 2002.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TRUJILLO, Alfonso Ferrari. Metodologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.